

Capítulo 2 – A metáfora paterna e o Nome do Pai

Até esse momento, nosso percurso foi passar por pontos que privilegiamos na teoria acerca da relação do sujeito com o pai. Vimos o pai na teoria da sedução e na fantasia e, principalmente a partir de Lacan, nos mitos do Édipo, Totem e Tabu e Moisés e o Monoteísmo. Tendo feito isso, interessa-nos agora articular de que modo se dá a entrada da função do pai nesse momento singular que é a constituição do sujeito.

A clínica com crianças e, em particular, a clínica do NAV com situações de violência doméstica nos convoca a situar o que está em jogo na incidência da função paterna para a criança. Isso ocorre porque é decisivo para o futuro da criança que não nos percamos procurando indícios de carência paterna nos dramas que se encenam nas diversas configurações familiares. Dito de outro modo, pode haver pais fracos, pais violentos, pais castrados pela mulher, mas o que a experiência clínica mostra é que não devemos nos ater a nenhum tipo de registro biográfico para localizar qualquer carência no que concerne à sua função. O que vemos no NAV é que, diante de situações muitas vezes dramáticas, o risco de tomar por base a realidade aumenta, e isso pode levar a esquecermos a criança como sujeito.

Segundo Lacan, se nos situamos no nível da realidade, podemos dizer que é concebível, e até mesmo palpável pela experiência, que o pai esteja presente mesmo quando não está. Ou, inversamente, que ele não esteja presente mesmo quando parece estar. Ao mesmo tempo, isso não quer dizer que a figura do pai seja desnecessária. Ainda nas palavras de Lacan: *“conviria tentar perceber o que se depreende de tais situações, e encontrar fórmulas mínimas que nos permitissem progredir”* (Lacan, 1957-58: 173).

De modo geral, o enfraquecimento da função paterna no laço social e familiar pode dificultar o acesso da criança ao mundo simbólico. No entanto, mesmo considerando as condições adversas existentes em uma situação de violência, nenhuma configuração concreta nos permite dizer previamente algo relacionado ao que virá. É somente a partir dos efeitos que podemos situar se houve algum tipo de carência. Mesmo que variem os agentes – ou seja, refiro-me tanto às pessoas quanto ao modo como estas encarnam os lugares de referência

para a criança –, existem duas coisas a serem consideradas como fundamentais nesse momento de constituição: os operadores estruturais e o próprio trabalho do sujeito. Essa afirmação, porém, depende de uma leitura do Édipo que não se perca no drama nele encenado, decorrendo daí a importância de acompanharmos neste capítulo o que Lacan introduz com o significante do Nome do Pai.

Em seu Seminário *As Formações do Inconsciente* (1957-58), Lacan diz que é a operação da metáfora paterna que está em jogo no Édipo. Não é em um momento qualquer que ele fala de metáfora paterna ou do Nome do Pai. Desde o início da década de 1950, ao destacar a importância de articularmos os problemas da prática clínica em termos de sujeito, sua preocupação foi retomar os fundamentos dessa prática no campo da fala e da linguagem. É nessa direção que ele afirma que “*o essencial não é que as pessoas falem ou que o pai seja imbecil demais, mas que o sujeito, seja por que lado for, tenha adquirido a dimensão do Nome do Pai*” (Lacan, 1957-58: 162).

Em seu Discurso de Roma, “Função e Campo da Palavra e da Linguagem” (1953), Lacan observa:

É no Nome do Pai que se deve reconhecer o suporte da função simbólica que, desde o limiar dos tempos históricos, identifica sua pessoa com a imagem da lei. Essa concepção nos permite estabelecer uma distinção clara, na análise de um caso, entre os efeitos inconscientes dessa função e as relações narcísicas, ou entre eles e as relações reais que o sujeito mantém com a imagem e a ação da pessoa que a encarna (Lacan, 1953:279-80).

Em seu Seminário sobre as Psicoses (1955-56), ele também afirma que, antes que o Nome do Pai estivesse instituído em um certo registro, havia toda sorte de outras coisas, mas não havia pai.

Então, além da importância de instituímos o pai em um certo registro, Lacan diz que “*é preciso ter o Nome do Pai, mas é também preciso que saibamos servir-nos dele*”. E continua: “*É disso que o destino e o resultado de toda a história podem depender muito*” (1957-58: 163).

Vejam, primeiramente, para além de toda e qualquer variação comportamental, o que é necessário estar em jogo na aquisição pela criança dessa dimensão do Nome do Pai.

2.1 – A criança e o Nome do Pai

Partamos de uma observação que não é rara na clínica do NAV. Escutamos de crianças que passaram por situações de violência sexual por parte do pai (ou de alguém que supostamente ocupa esse lugar) afirmações que explicitam uma separação possível entre um lugar de referência importante na sua estruturação e a pessoa que o ocupa ou deveria ocupá-lo. Por exemplo: “*não quero que ele faça isso, mas não quero que ele vá preso*”. É freqüente que a criança manifeste horror pelo ato violento cometido pelo pai, mas que também sofra por amá-lo (ou por outros sentimentos que permaneçam), o que se liga à suposição de um saber ao pai, que pode estar presente. Muitas vezes escutamos que quem fez “alguma coisa de ruim” com ela foi aquele que “*justamente não deveria ter feito o que fez*”, algo que traz em si a marca de que a criança o considera para além de seu ato.

Hoje, contudo, o que prevalece visivelmente no social e, portanto, nas famílias, é a possibilidade de prescindir do pai. Se um pai comete um ato violento, há todo um movimento para reduzi-lo a isso, o que pode dificultar que a criança faça essa importante separação entre o que ele fez e o que ele representa para ela (ou o lugar que ocupa). Na clínica, é possível escutar que, juntamente com a eliminação do lugar do pai, pode haver o risco de cair por terra o pai como um operador necessário na formação do sujeito.

É freqüente, por exemplo, que em uma situação de violência sexual entre pai e filha, por exemplo, uma mãe queira a destituição do pátrio poder ou a anulação do nome do pai. Não é raro ouvirmos: “*vou ser mãe e pai para minha filha*”, ou mesmo “*ele nunca foi pai*”. Tais afirmações nos dão notícias de uma posição da mãe que não é sem conseqüências na passagem da criança pelo Édipo (ou, mais especificamente, na aquisição dessa dimensão do Nome do Pai).

Segundo Lacan, “*o pai acha-se numa posição metafórica, na medida e unicamente na medida em que a mãe faz dele aquele que sanciona, por sua presença, a existência como tal do lugar da lei*” (1957-58: 202). E aí temos sua afirmação de que “*uma imensa amplitude, portanto, é deixada aos meios e modos como isso pode se realizar, razão por que é compatível com diversas configurações concretas*” (1957-58: 202).

Nessa diversidade de configurações concretas, vale ressaltar que é pela fala da criança – uma vez que ela se situa diante da operação da metáfora paterna – que temos notícias da presença ou não desses operadores fundamentais na sua constituição como sujeito. Mas não é fácil escutar da criança frases como as citadas acima – “*ele não deveria ter feito, mas fez*” ou “*eu não quero isso, mas quero estar com ele*” –, sem cair na tentação de eliminar o que há aí de contraditório. É nesse sentido que grande parte dos serviços que se oferecem às crianças nessas situações acabam voltados para a idéia de fazer justiça, escolha que desconsidera o ponto ao qual cabe nos atermos, ao menos no que concerne à criança como sujeito. Vemos que, no limite, pode não ser sem conseqüências para uma criança ter de denunciar seu pai à Justiça. Isso não quer dizer que ele não deva ser interrompido em seu ato violento, mas apenas que é grande o risco de cairmos em uma nova violência, se não levamos em conta a importância de oferecer um lugar junto à criança para algo que é paradoxal.

Para nos atermos, então, ao que importa estar presente na formação do sujeito, vejamos o que Lacan demarca com a introdução da metáfora paterna. Segundo ele, é na estrutura da metáfora que “*residem as possibilidades de articular claramente o complexo de Édipo e seu móbil, isto é, o complexo de castração*” (Lacan, 1957-58: 185). Tal articulação, no entanto, ocorrerá em vários tempos. Se há uma dimensão a ser adquirida, ela só se confirma à medida que o sujeito pode se servir dela e até mesmo, posteriormente, ultrapassá-la. O que está em jogo na operação da metáfora do Nome do Pai – uma vez que é aí que reside a possibilidade de articulação do Édipo com a castração – é uma via possível de acesso para a criança a uma identidade sexual e a um lugar na cadeia de filiação.

Tomando como exemplo as falas citadas acima, como articulá-las com a aquisição da dimensão do Nome do Pai?

Quando escutamos da criança a afirmação de algo que é contraditório – por exemplo, “*não quero essa situação, mas não quero não encontrá-lo*” (na fala em que ela se refere ao pai) –, podemos ver que a criança, de certo modo, encontra-se nessa passagem pela incidência metafórica do pai e podendo, ao menos pontualmente, servir-se dela. Dito de outro modo, de alguma forma a criança supõe um saber ao pai que limita o desejo da mãe. Ela não se encontra mais totalmente *assujeitada* ao desejo desse primeiro grande Outro que é para ela sua mãe. Se assim fosse, a criança estaria presa em se fazer de objeto do desejo da

mãe, momento que também tem seu lugar na passagem pelo Édipo e que Lacan chama de etapa fálica primitiva.

Na fala citada, há algo que já situa a criança em uma filiação e este já seria um passo no caminho de, mais tarde, ela ter como se situar em relação à diferença sexual. No entanto, se levado em conta o fato de que a mãe que traz a criança ao atendimento – principalmente na clínica do NAV – muitas vezes está de alguma forma em conflito com o pai, não é simples que a criança tenha como manter algo assim contraditório. Referimo-nos à experiência que é a de recebermos mães que chegam não apenas com a preocupação de cuidar do que pode estar sendo difícil para a criança que passou por uma situação de violência, mas também com a "missão" de apagar totalmente o que houve (como se fosse possível) ou de fazer algo que sirva para ela própria se redimir da culpa ou sentir-se vingada.

Nesses casos, além de sua relação com seu marido, fica evidente que também entra em jogo a relação com seus próprios pais. É freqüente que, em seguida a uma situação violenta, possa se colocar outra ainda mais complicada para a criança, como, por exemplo, essas em que o investimento é de anulação de qualquer contradição e a preocupação maior é com a comprovação de uma verdade.

Para que o espaço da criança em ser ouvida se mantenha é muito importante que aquele que a escuta não privilegie apenas um dos lados do que ela própria diz, nem “escolha” o lado da mãe ou o lado do pai.

Vejam, então, como Lacan situa não só a criança, mas também o pai e a mãe nos tempos do Édipo.

A etapa fálica primitiva

Sobre esse primeiro momento do Édipo, ou etapa fálica primitiva, Lacan diz que, na relação com a mãe, o que se estabelece é a relação do filho com o objeto do desejo dela, isto é, com o falo¹. Nesse primeiro tempo, a primazia do falo está instaurada no mundo pela existência do símbolo do discurso e da lei.

¹ São inúmeras as definições de falo. Destacamos duas. Lacan diz que é “*sob a forma do falo que o sujeito se apodera do objeto do desejo da mãe*” (1957-58: 181). E também, ao se referir ao falo não como objeto, mas como significante: “*a função constitutiva do falo, na dialética da introdução do sujeito em sua existência pura e simples e em sua posição sexual, é impossível de deduzir, se não fizermos dele o significante fundamental pelo qual o desejo do sujeito tem que se fazer reconhecer como tal*” (1957-58: 285).

Essa etapa é aquela em que, segundo ele, “*a metáfora paterna age por si*”, ou seja, algo de fálico se transmite pela própria posição da mãe em relação ao desejo. E a criança, segundo Lacan, “*só pesca o resultado*” (1957-58: 198).

Mas os resultados pescados – se levamos em conta a fala de uma mãe, tal como citada: “*ele nunca foi pai*” ou “*eu sabia que ele nunca seria pai*” – podem não ser propícios à transmissão de uma lei para além da mãe. Ou, ao menos, não é indiferente o modo como a mãe transmite sua relação com o falo ou com aquilo que lhe escapa. Faz diferença quando ela diz que “*já sabia que ele nunca seria pai*”, como se estivesse se referindo à relação com seu próprio pai e não ao pai da criança.

No NAV, não é incomum frases como essas, principalmente de mães que suspeitam que seus filhos estejam sendo abusados, basearem-se em acontecimentos vividos por essas mães na sua própria experiência com seu pai, muito antes de ser mãe. Não são poucos os casos em que as mães relatam terem passado por situações de violência, seja pelo excesso, seja pela ausência do pai.

Cabe levarmos em conta o que a clínica mostra. O valor de um filho para sua mãe traz marcas consideráveis para ele. Se ele vem como fruto de relações muitas vezes breves, com o encargo de, nas palavras de sua mãe, “*não ter com o seu pai a mesma relação que eu tive*” ou de “*ter comigo uma relação que o proteja de qualquer excesso*”, pode-se admitir que, no mínimo, tais mensagens já chegam à criança cheias de significações.

É claro que entra no jogo o que o pai da criança poderá fazer incidir em sua mulher e também o que a criança escutará do que lhe será endereçado. Mas o que muitas vezes se vê é que, havendo no horizonte alguma dificuldade da mãe com relação ao que orienta seu desejo, a mínima suspeita de algum tipo de excesso pode ser tomada como certeza da ocorrência de uma situação violenta. O menor indício de um excesso por parte do pai – e, diga-se de passagem, que há algo de uma certa “*invasão*” que é mesmo o que lhe cabe – pode adquirir o tamanho de um horror insuportável a ser varrido da existência.

Em seu Seminário *A Relação de Objeto* (1956-57), Lacan cita Dolto, ao fazer referência ao que seria a marca na mãe de uma inscrição dessa dimensão do Nome do Pai, inscrição com a qual a criança se encontra primeiramente:

Segundo ela, só se tornam fóbicas as crianças de um e de outro sexo cuja mãe se viu tendo que suportar um distúrbio na relação objetal que

a ligava ao seu progenitor – dela, da mãe – do sexo oposto. Aí está uma noção que faz intervir, certamente, uma coisa completamente diferente das relações entre a criança e a mãe, e foi por isso mesmo que situei o trio da mãe, da criança e do falo (Lacan, 1956-57: 56).

Não entrarei na especificidade do sintoma que pode expressar esse tipo de complicação, como a fobia, por exemplo. Interessa sublinhar apenas que a criança, desde um primeiro momento, encontra uma mãe em sua relação com o falo, e que essa relação se refere ao modo como incidiu para ela (mãe) a função paterna. Para Lacan, “*o falo é tomado numa certa função subjetiva que precisa desempenhar um papel de significante*” (1957-58: 299). Isso, em suas palavras, quer dizer que “*o falo como significante não cai do céu*”, ou seja, que é a incidência da função paterna que permite ao falo desempenhar um papel significante.

É preciso que haja em sua origem, que é uma origem imaginária, uma certa propriedade em exercer sua função significante. Não se trata de uma função qualquer – ela é mais especialmente adaptada do que outras para prender o sujeito humano no conjunto do mecanismo significante (1957-58:299).

Prossigamos com os tempos em que se dá, de acordo com Lacan, a operação dessa função que leva à aquisição pela criança da dimensão do Nome do Pai. E observemos – para além do modo como pode variar a relação que se estabelece entre o trio mãe, criança e falo – que existe a necessidade de uma certa incidência sobre esse triângulo para que seja possível um lugar para o sujeito. Nas palavras de Lacan, o sujeito, na condição de um “quarto termo”, “*está fora dos três vértices do triângulo edipiano (mãe, criança e pai) e depende do que venha a acontecer nesse jogo*” (Lacan, 1957-58: 164).

Há uma estrutura, então, que independe da aventura do sujeito, mas na qual ele tem de se introduzir. No Seminário *A Relação de Objeto* (1956-57), ao se perguntar como o *sujeito* simboliza o real, Lacan diz que o sujeito, embora não introduza a ordem simbólica, não está isolado, nem é independente disso (1956-57: 56).

Temos na “etapa fálica primitiva”, assim, a primeira relação de realidade desenhada entre a mãe e o filho. Há desde o início, como dito acima, uma triangulação que se faz entre a criança, a mãe e o significado das idas e vindas da mãe, que é o falo. Nessas primeiras simbolizações, constituídas pelo par significante *Fort-Da* – aquele que representa essas idas e vindas ou a presença e

ausência da mãe –, o primeiro sujeito, como diz Lacan, é a mãe. É a mãe o que aparece na representação de um significante desses para o outro. A criança se esboça como *assujeito* (1957-58: 195), já que se experimenta, a princípio, como profundamente *assujeitada* ao capricho desse primeiro Outro que é sua mãe.

Em outras palavras, a criança, com base nessa primeira simbolização, constitui sua mãe como sujeito e se vê submetida à sua lei. Sendo a mãe um ser falante, revela-se a existência de alguma coisa em seu desejo que é completamente dependente de alguma outra coisa. Isso marca que, de alguma forma, a criança se encontrará com o fato de que sua mãe deseja nela (criança) algo que tem a ver com o falo. E, ao perceber isso pela via imaginária, a criança se faz de falo, ou seja, ela se identifica especularmente com aquilo que é o objeto do desejo de sua mãe.

A metáfora paterna

À diferença dessa metáfora que “age por si”, na operação da metáfora paterna ou da entrada do Nome do Pai como função, trata-se da instauração do pai como significante no lugar da mãe. É aí que Lacan introduz algo de original em relação ao Édipo. Nessa operação, o pai priva a mãe de seu objeto fálico, remetendo-a a uma lei que não é a dela. Ele priva a mãe e não o sujeito, e a priva valendo-se da autoridade que *ela* confere à sua palavra. Para Lacan, trata-se de um estágio nodal.

É nesse nível que se produz o que faz com que aquilo que retorna à criança seja, pura e simplesmente, a lei do pai, tal como imaginariamente concebida pelo sujeito como privadora da mãe. Esse é o estágio, nodal e negativo, pelo qual aquilo que desvincula o sujeito de sua identificação liga-o, ao mesmo tempo, ao *primeiro aparecimento da lei*, sob a forma desse fato de que a mãe é dependente de um objeto, que já não é simplesmente o objeto de seu desejo, mas um objeto que o Outro tem ou não tem (1957-58: 199).

Essa lei do pai, então, é o que barra esse primeiro Outro para a criança que é sua mãe. A importância disso está no fato de que, quando a mãe é afetada em sua potência, introduz-se para a criança a barra no grande Outro.

É com a entrada do pai como aquele que interessa à mãe (e por ela se interessa como mulher) que essa perda toma um sentido sexual. Isso ocorre porque ela é associada pela criança à privação que ela sofre de sua mãe. O Nome

do Pai dá sentido sexual a uma impossibilidade que é de estrutura, qual seja, a de que há um objeto que, como tal, é inapreensível. Nesse momento, é o pai quem aparece no lugar de ter ou não ter o objeto. Ele representa a instância fálica que organiza o desejo da mãe. Assim, esse estágio é nodal tanto pela introdução de um sentido sexual para a perda sofrida pela criança (e pela mãe) quanto pela abertura, por intermédio da castração, de uma nova linhagem ou cadeia de filiação.

A criança entra nessa cadeia de sucessão marcada pela castração, ou seja, por uma distinção essencial em relação ao pai. A partir dessa falha introduzida, deixa de ser possível para o filho estar em uma relação com o pai que não seja de uma insuficiência essencial. É isso, no entanto, que lhe dá não só a insígnia de pertencimento a uma cadeia de sucessão, como também a base de sua condição sexual. O acesso à sexualidade depende do preço pago por essa perda, ou seja, a castração é o fato de que temos que renunciar a esse objeto que teria sido susceptível – se ele existisse – de nos satisfazer plenamente.

Nesse nível, é fundamental considerar, como diz Lacan, que “*coloca-se para o sujeito a questão de aceitar, de registrar, de simbolizar, ele mesmo, de dar valor de significação a essa privação da qual a mãe revela-se o objeto. Essa privação o sujeito infantil assume ou não, aceita ou recusa*” (Lacan, 1957-58: 191).

A posição da mãe também é fundamental aí. Vale considerar que, nesse momento, a mãe pode reviver uma situação de rivalidade em relação principalmente a sua filha, tal como viveu com sua própria mãe. Assim, é diferente para o menino e para a menina esse momento de simbolizar a privação da qual a mãe é objeto, ou seja, a passagem pela castração introduzida pela incidência da metáfora paterna. Se para o menino a saída da situação edipiana pode se dar por uma identificação com o pai, como aquele que tem ou não tem o que a mãe deseja, para a menina não há algo que configure nesse momento o que seria um possível desfecho em relação ao reconhecimento de algum índice de sua feminilidade.

Para o menino, há algo no horizonte que lhe permite sair dessa situação de perda com algum instrumento (simbólico) no bolso para ser usado mais tarde. Já a menina, nesse momento de encontro com a falta do Outro (mãe), em vez de encontrar meios para uma saída (simbólica) dessa situação, entra na situação propriamente edipiana de esperar do pai aquilo que interpreta que sua mãe não lhe

deu, mas poderia ter lhe dado. Permanece em aberto, portanto, o modo como se dará o reconhecimento de sua feminilidade que – à diferença da situação do menino em relação a sua virilidade – não pode se dar em sua família de origem.

Isso significa que uma mãe, por não ser levada por sua posição a estimar que não há o que esperar da castração, pode viver esses problemas no campo da privação e da frustração, ou seja, em uma posição recíproca à da criança, a qual pode resistir a aceitar a falta estrutural do Outro. Os eventuais excessos na relação imaginária com a mãe serão variáveis, e o que importa, na clínica, é observar que efeitos podem redundar para a criança a partir do modo como esse momento é vivido.

Na melhor das hipóteses, a criança (tanto o menino quanto a menina) encontra no pai um eventual apoio para garantir sua sexualidade, uma vez que, de acordo com as palavras de Melman: “*o desejo do pai é o de que se prossiga a linhagem, ao passo que uma mãe pode querer, sobretudo, não ser privada de seu filho...*” (2005: 47). Nenhum apoio, no entanto, é suficiente para eliminar o que será, mais tarde, a ultrapassagem feita pelo sujeito no momento de se autorizar de sua sexualidade. Voltaremos a esse ponto no próximo subitem.

Nesse momento, importa ressaltar que o modo como a família se organiza informa a posição tanto da mãe e do pai quanto da criança. E, nesse estágio da operação da metáfora paterna, em que a incidência do falo se dá para além da relação mãe-criança, se a criança aceita que a mãe é privada do falo, ela não se manterá na posição de *ser o falo*, ou seja, identificada com o que seria o objeto do desejo de sua mãe. Se o pai, todavia, não é aceito pela criança como aquele que castra a mãe, ela pode não ultrapassar esse ponto nodal, mantendo uma certa forma de identificação com o objeto da mãe. Ela fica no “*ser ou não ser o falo*”, e não dá o passo para o “*ter ou não ter o falo*” (Lacan, 1957-58: 192). É essa passagem que está em jogo no Complexo de Castração. Para vir a “*tê-lo*”, de acordo com Lacan, é preciso que haja um momento em que não se tem, daí esse ser um estágio negativo. A interdição do incesto (ou da relação de suposta completude mãe-criança) é, então, a condição da criança sair da posição de *assujeito* (1957-58: 195).

O que ocorre nessa passagem é a entrada em outro plano, o plano da significação fálica, em que o falo deixa de ser o objeto imaginário com o qual o sujeito se identifica e passa a ter o estatuto de significante da falta no Outro ou o

significante que indica que há algo a significar (referido ao sexual como impossibilidade de completude).

São inúmeras as situações que podem remeter a esse ponto, como aquelas já citadas em que a mãe não confere autoridade à palavra do pai de seu filho. Nesse momento, o que se segue à posição da mãe ou o modo como se dá a entrada do pai (ao incidir sobre ela) será importante para a saída da criança da etapa fálica primitiva.

Em relação à não autorização dada pela mãe ao pai, é diferente se ela diz “eu sabia que ele nunca seria pai”, – o que marca sua posição de “buscar” ou “esperar” confirmar uma incompetência –, ou se ela simplesmente não se refere ao marido como se este lhe fosse indiferente. De todo modo, a ambas alternativas se acrescentará o modo como o pai (ou o representante de um lugar terceiro) ocupa seu lugar. Ele pode responder de várias formas a isso; pode, por exemplo, bancar ou não sua autoridade. O fato é que o modo como a dissimetria de lugares é habitada faz diferença no que poderá ser a resposta da criança a essa dimensão do Nome do Pai.

O falo na família

Para ilustrar a importância de não nos prendermos a um modo específico de situar a operação da função do pai, referimo-nos a uma descrição que Melman faz da situação de famílias nas Antilhas (1997). Tal descrição nos interessa porque podemos fazer uma aproximação com o que observamos hoje no modo como muitas famílias se organizam. Tomando como exemplo a experiência do NAV, constatamos que a função paterna pode operar mesmo quando o pai é excessivo ou ausente, ou seja, a presença de uma heterogeneidade pode se dar em situações diversas. No entanto, não é indiferente se a autoridade parental em vigor em uma organização familiar pode ser exercida da mesma forma pela mãe e pelo pai, ou seja, se eles podem dividir o mesmo signo fálico. Alguns efeitos podem ser observados nos casos em que eles estão em posição de equivalência.

Melman apresenta o exemplo de linhagens familiares que são consideradas matrifocais e matrilineares, ou seja, famílias em que é a mãe que ocupa o lugar fixo que organiza a linhagem. Isso faz com que essa família seja tanto matrifocal quanto matrilinear. Nessas casas, há, sistematicamente, a coexistência de três

gerações: a avó, sua filha (ou a mãe) e as crianças dessa mãe, cujos pais na maioria das vezes não são os mesmos. Melman diz que a coexistência de três gerações é suficiente para que uma linhagem se torne possível e para que se isole a instância que agencia o fenômeno da filiação, ou seja, o falo.

Como vimos em Lacan, a tríade já situa a presença do objeto do desejo da mãe fora do par mãe-criança, e o que sustentará a posse desse objeto servirá de eixo para a criança se situar em uma filiação. Também vimos, no entanto, que a castração propriamente dita que incide sobre a mãe passa pela presença de um outro que apareça como portador do objeto que falta a ela. Nesse sentido, se na organização familiar citada a triangulação permite a instalação do que Lacan chamou a instância fálica primitiva, algumas especificidades podem se apresentar em um tempo posterior da metáfora paterna. Para Melman, pode haver, por exemplo, uma transmissão que economize os desfiladeiros da castração.

Se há aí uma economia da castração, o que se apresenta, segundo ele, é uma “proximidade do incesto”, ou seja, “*um incesto com a mãe, ao menos imaginário, já que se pode dizer que a criança é seu homem, mais que o genitor, que está somente de passagem*” (Melman, 1997: 5).

Nesses casos, e em quaisquer outros, continua a ser apenas por seus efeitos que, no momento em que o sujeito é chamado a responder em seu nome pelo que teria sido o desfecho do Édipo ou a entrada nessa dimensão do Nome do Pai, torna-se possível verificar o modo como uma certa economia da castração se revela. De acordo com Lacan, o Édipo desemboca em um ponto de assunção da castração que já deve situar o sujeito na partilha dos sexos e na diferença de gerações.

A chegada a esse ponto de assunção da castração depende de um terceiro tempo em que a criança, não sendo mais o falo, depara-se com o fato de também não tê-lo, ao menos nesse momento. A saída típica para o menino é aquela em que ocorre uma internalização do pai como sendo aquele que, tendo falo, encarna um ideal. Já para a menina, não se pode falar em saída típica; só depois terá sido visto o modo pelo qual algum *ultrapassamento* se tornou possível. Sublinhamos aqui, então, que se Lacan fala de *função* paterna, é porque o pai se sustenta em *função* desse X que é o falo, que faz dele, na verdade, mais que um ideal, um funcionário. A noção de potência como tal, ou seja, destacada de sua implicação na mãe, é o que se introduz quando a entrada do pai como potente se dá.

Para que o menino possa guardar as insígnias que lhe permitirão se exercer como sujeito, é fundamental o consentimento dessa perda introduzida pela função paterna em decorrência da constatação de que o Outro é barrado. No futuro, tais insígnias servirão para o menino se identificar sexualmente. No caso da menina, a situação não é a mesma, embora também faça diferença para ela o modo como as insígnias circulam na família.

No caso das famílias matrifocais, Melman assinala que há uma trindade singular. É possível o isolamento da instância fálica como a que agencia o fenômeno da filiação, mas o fato de ser a mãe quem transmite o falo não é sem conseqüências. Nesse caso, isso se daria por uma espécie de doação, e não pela castração. Lacan compara o amar, que seria dar o que não se tem, com o dar, como sendo dar o que se tem. Ele diz: *“Amar é dar a alguém que, por sua vez, tem ou não tem o que está em causa, mas é certamente dar o que não se tem. Dar, ao contrário, também é dar, mas é dar o que se tem. A diferença está toda nisso”* (1957-58: 218). Nesse sentido, observa-se que uma doação sempre é registrada sob o signo da queixa ou da reprovação. Isso acontece quando a criança, ao considerar a mãe em sua potência, vive o que não recebeu como lhe tendo sido recusado. Trata-se aí da falta tida mais como uma falha preenchível do que como uma perda irreduzível. De acordo com Melman: *“não há nada de mais obstruidor para o espírito que a idéia de uma transmissão que se faz sob o modo objetal, a idéia, por exemplo, que se vai transmitir um saber e que vocês terão isso, como se fosse algo em um portfólio ou no bolso. Nada de mais mortal!”* (Melman, 1999: 5).

Sobre esse grupo matrifocal, Melman observa ainda que, freqüentemente, a filha acederá à feminilidade se ela for mãe, assim como o filho pode aceder à virilidade somente após ter sido pai. A procriação, nesse caso, seria uma marca real que asseguraria uma identidade sexual. Pode-se, portanto, levantar a hipótese, lembrando que *“o falo como significante não cai do céu”* (Lacan, 1957-58: 299), que a procriação nesse lugar que sanciona uma identificação sexual pode ser uma via toda vez que a passagem pelo que Lacan chamou a terceira etapa da metáfora paterna não ocorreu. Esse terceiro tempo, em que a criança se encontra com o fato de não ter o falo, depende da presença de um outro que porte o que a mãe deseja. Isso levará a criança a se desprender do registro do *ter ou não ter* e a aceder ao fato de que, na verdade, ninguém o tem, e esse que se apresentou representando

tal potência serviu apenas (como representante) para que essa se destacasse da mãe.

Nesses casos, se o terceiro não é o pai, se não é um homem que essa mulher deseja, pode se revelar o que Melman chamou de uma certa economia da castração como operação simbólica que dá sentido sexual à falta estrutural do objeto. Como nosso interesse nesta tese é articular a relação do sujeito com o pai, vale lembrar que será apenas a partir dos efeitos que incluem a posição do sujeito que teremos notícias dos percalços da operação da metáfora paterna. Algumas vezes, sua incidência pode se dar apesar de condições adversas, como as encontradas na contemporaneidade.

Hoje, muitas famílias se organizam sem a presença de um homem, o que não quer dizer que, necessariamente, organizem-se sem a presença de uma heterogeneidade. É possível que a criança diga, por exemplo: “minha mãe não é tudo”, “eu queria que ela casasse”, ou no caso de um menino, “tem coisas que não posso falar com ela porque ela não é homem”. Essas frases nos dão notícias de que, para quem fala, não só a mãe foi barrada, mas que isso está relacionado a uma diferença que é sexual.

Vejam agora um outro exemplo que nos ajuda a situar a importância da presença do desejo na operação da metáfora paterna.

A cadeia de filiação e o desejo

Tomarei alguns recortes de um caso clínico para prosseguir na consideração da aquisição da dimensão do Nome do Pai, que, como assinalado, tanto incide na entrada em uma filiação quanto repercute diretamente na “assunção do sexo” (Lacan, 1957-58: 172).

Mário tem oito anos ao ser trazido ao NAV por ter passado, repetidamente, por situações de abuso sexual por parte de meninos maiores da escola que frequenta. É sua irmã mais velha quem o traz, pois é, desde que a sua mãe morreu, a pessoa que toma conta dele. Mas ela ameaça se retirar dessa função, pois, segundo ela, Mário mente muito, inventa histórias e conta para todo mundo que é tratado como empregado em casa. Ela diz não agüentar mais isso.

Mário foi adotado por sua mãe, que na ocasião já era uma senhora cujos filhos tinham crescido e não era mais casada, embora mantivesse o nome do

marido. Na adoção de Mário, ela utilizou o nome de seu ex-marido, sem que ele soubesse. Quando a mãe adotiva de Mário morre, esse homem passa a ter algum contato com Mário, que o chama de avô. Mário vive com sua irmã, que tem um filho da mesma idade que ele e é considerado por ele (Mário) um irmão. O homem com quem essa irmã vive não é pai de seu filho, embora tenha com os dois meninos alguma proximidade, apesar de a irmã tentar evitar que ele “se meta” na criação deles.

Quando Mário chega à sua primeira entrevista, ele tira do bolso sua carteira de identidade e diz: *“Esse é meu nome, esse é meu pai e essa é minha mãe. Meu pai é meu avô e não sabia que era meu pai, tenho irmãos que são meus tios, meu irmão é meu sobrinho ...”*. A analista lhe diz que não está entendendo bem, e ele ri, dizendo que é uma confusão e que ele quer voltar ali.

Essa chegada nos remeteu ao que Lacan, em seu texto “Função e Campo da Fala e da Linguagem” (1953), diz sobre o estrago que pode exercer uma “filiação falseada”:

Essa lei (a lei primordial, aquela que ao reger a aliança superpõe o reino da cultura ao reino da natureza entregue à cópula), portanto, faz-se conhecer suficientemente como idêntica a uma ordem de linguagem. Pois nenhum poder sem as denominações do parentesco está em condições de instituir a ordem das preferências e tabus que atam e tramam, através das gerações, o fio das linhagens. E é justamente a confusão das gerações que, na Bíblia, como em todas as leis tradicionais, é maldita como a abominação do verbo e a desolação do pecador.

Sabemos, com efeito, da devastação, que chega até mesmo à dissociação da personalidade do sujeito, que pode exercer uma filiação falseada, quando a pressão do meio se empenha em sustentar-lhe a mentira. Eles podem não ser menores quando um homem, casando-se com a mãe da mulher com quem teve um filho, faz com que este tenha por irmão um filho que será irmão de sua mãe. Mas se, depois disso, ele for adotado por um casal compassivo em que um dos cônjuges seja uma filha de um casamento anterior do pai, irá descobrir-se mais uma vez meio-irmão de sua nova mãe, e podemos imaginar os sentimentos complexos com que aguardará o nascimento de uma criança que será, ao mesmo tempo, seu irmão e seu sobrinho, nessa situação repetida. (Lacan, 1953, p. 279).

Esse recorte de caso permite sublinhar, portanto, uma certa insuficiência relacionada à nomeação de Mário. Se toda entrada em uma cadeia de filiação depende de uma adoção no sentido de uma presença do desejo (tanto da mãe quanto do pai, considerada aí uma dessimetria), temos nesse caso uma

insuficiência. Na perda de sua mãe, Mário situa algo que lhe faltara, sem que tenha havido a encarnação dessa triangulação em um casal parental. Mário se interroga pela legitimidade de seu nome e seu lugar, fazendo referência a algo que não é dado por uma carteira de identidade.

Dito de outro modo, esse caso ilustra algo que se “coloca mal” (ou com problemas) justamente no segundo tempo nodal da incidência do Nome do Pai. Mário não nasce do desejo de um casal. Sua mãe lhe dá o nome de seu ex-marido, mas não autoriza a palavra dele, que é excluído de sua fala e, desse modo, da vida de Mário até o momento em que morre. Quando Mário passa para os cuidados da irmã, encontra novamente uma mulher que não autoriza a palavra do marido em relação a ele, repetindo-se a situação de o homem não ser autorizado a entrar em sua vida. Tampouco acontece de recair sobre a mãe (ou sobre as duas que estiveram até o momento nessa função) uma privação decorrente da presença de um homem ou o que se seguiria a isso em um desfecho da incidência da metáfora paterna, e que seria o que Lacan chama o tempo em que o pai intervém como potente.

Para Lacan, a assunção da castração depende, como vimos, de uma internalização do pai como aquele que, tendo o que a mãe deseja, encarna um ideal. A criança passa a carregar, como ele nos diz, “o título de posse no bolso”. Isso não quer dizer, todavia, que o menino tomará posse de seus poderes sexuais e os exercerá. Ao contrário, segundo Lacan, o que está em jogo é a criança decair do exercício das funções que começam a despertar, ou seja, que o sujeito consinta nesta perda. Nesse caso em questão, ao não encontrar um pai como “aquele que sempre ganha”, com quem possa jogar e encontrar um certo apoio que lhe favoreça consentir com a perda, Mário é quem se encontra perdido.

Segundo Lacan, se o que Freud articulou tem algum sentido, “*a criança detém consigo todas as condições de se servir delas no futuro*” (Lacan, 1957-58: 201). A metáfora paterna desempenha precisamente o papel que se espera de uma metáfora, ou seja, “*ela leva à instituição de alguma coisa que é da ordem do significante, que fica guardada de reserva, e cuja significação se desenvolverá mais tarde*” (Lacan, 1957-58: 201).

Para que ela opere, todavia, há que se considerar a intervenção do pai em diversos planos. “*É por toda a sua presença*”, ele nos diz, “*é por seus efeitos no inconsciente, que o pai realiza a interdição da mãe*” (1957-58: 175).

Lacan chama nossa atenção para o fato de que o pai não é um objeto real, “*mesmo que tenha que intervir como objeto real para dar corpo à castração*”. Ele tampouco é exclusivamente um objeto ideal, “*porque por esse aspecto só podem ocorrer acidentes*”. O pai como metáfora vem, de acordo com ele, “*dar mais exatidão à idéia de pai simbólico*” (1957-58: 180). A posição do pai como simbólico pode se materializar sob diversas formas culturais, mas, como tal, não depende delas, pois “*é uma necessidade da cadeia significativa*” (1957-58: 187).

Dito de outro modo, a posição do pai como simbólico não depende da forma cultural no sentido de ser possível uma grande variação dos modos de sua incidência nas diversas culturas. Também pode acontecer que, em uma determinada cultura em que a família se organiza de uma forma específica, como vimos no exemplo das Antilhas, o sujeito, apesar das condições de enfraquecimento da sexualidade pela ausência de dissimetria nas relações familiares, pesque de alguma outra forma a falta no Outro. É desse modo que se entende a afirmação de Lacan de que o essencial “*é que o sujeito, seja por que lado for, tenha adquirido a dimensão do Nome do Pai*.” (1957-58: 162).

No caso de Mário, vemos, em sua aquisição da dimensão do Nome do Pai, que ele interroga o desejo daqueles que lhe dão um nome. O pai não é um significante qualquer, ou seja, não é à toa que Lacan diz *Nome do Pai*. De acordo com Melman, à diferença de um significante qualquer que remete a um puro vazio, o nome de família, para cada um de nós, reenvia ao ancestral gerador como aquele que tem o encargo de representar a potência geradora da família (2003: 78).

O ancestral gerador é aquele que representa uma exceção e, desse modo, possibilita as sucessivas gerações, que, por sua vez, só se sucedem efetivamente, se fazem valer, com a presença do desejo, a interdição situada entre uma geração e outra. Em uma cadeia de filiação matrilinear, a proximidade do incesto se deve ao fato de a mulher não sair de sua filiação para dar lugar a uma outra, ou seja, ela não se submete, em uma relação com um homem, à incidência de um corte que lhe deixe a marca de uma insuficiência. Seu filho pode ser, em parte, também filho do avô, ou um “presente” endereçado à família materna, fazendo com que essa criança não viva na carne a presença do desejo na assimetria de um casal parental.

A entrada do Nome do Pai, além de demarcar um lugar simbólico, marca a incidência do sexual em relação à origem da criança. Melman fala da existência contingente da criança, sobre a qual é necessário recair uma bênção. Como vemos no caso de Mário, é como se ele perguntasse por essa bênção em sua busca de se situar em relação a um casal parental que só tinha existência no papel (ou na carteira de identidade). Sua existência não encontra uma ancoragem que dê corpo à sua cadeia de filiação. Fica evidente nesse caso que uma cadeia de filiação não vai por si. O que ele traz é a importância da presença de quem ocupe os lugares em uma cadeia de filiação.

Em outros termos, o que ele traz é a importância da presença de quem ocupa os lugares. Não é à toa, portanto, que ele tem dificuldade de sustentar uma posição viril na escola, ou mesmo que “minta” sobre sua posição na família. A mentira aí pode ser entendida como uma via para enunciar algo da sua verdade, ou seja, é por intermédio dela que ele responde às mensagens que recebe, as quais não se encontram suportadas pelo contraponto parental que, nas palavras de Melman, constituem o “*desacordo perfeito, se ousamos dizer, com o tema central da união impossível*” (1985: 137).

No texto intitulado “O estágio da abalieidade” (1985), Melman diz que a *abalieidade* pode especificar o *lugar* constitutivo da alienação do sujeito, ou seja, como *lugar*, especifica o espaço topológico em que se determinam as coordenadas simbólicas e reais da alienação fundadora do sujeito, abordando as especificações topológicas desse Outro. “Formado de *ab-alio* qualifica os seres cuja existência é devida ao ato de um outro qualquer”, diferente dos que seriam “*aseitas*, qualidade de um ser que tem em si mesmo a razão e o princípio de sua própria existência” (Melman, 1985: 137). A *abalieidade* nos informa, então, que é do Outro que o sujeito recebe os princípios da economia que regerão suas relações com o semelhante. A mensagem emitida por esse Outro, que chega ao sujeito via outros reais, demarca que a importância desse endereçamento feito à criança se deve ao fato de isso vir marcar que ela é prova do fracasso: “... *por sua presença, sua existência, a criança é o representante no casal dessa potência terceira que sustenta o desejo, mas que também garante o fracasso, reúne para separar, significa a impossibilidade da relação sexual*” (Melman, 1985: 137).

Encontra-se nessa citação algo que diz respeito ao que vimos trabalhando. A mensagem que o sujeito recebe passa pela encarnação de outros reais, que

situam o que a criança vem representar. Sua irmã, muito irritada, contava que ele mentia dizendo que era tratado como “empregado”. É preciso escutar o que é dito. Talvez Mário se situasse como empregado, ou seja, como alguém que não pertence à cadeia de filiação, em um certo apelo à presença do desejo daqueles que se ocupavam dele. Essa presença é fundamental na operação da metáfora paterna, cuja ocorrência abre para o sujeito a via para se situar em uma filiação e também em uma identidade sexual.

São esses os dois pontos que aparecem relacionados nesse caso. Lembro que Mário foi trazido ao NAV por ter vivido algumas situações de abuso sexual por parte de outros meninos. Isso preocupava a irmã, que tecia antecipações relacionadas à sexualidade do menino. Foi esse contexto que deu lugar a seu questionamento acerca da história da carteira de identidade. Assim, a questão com o que virá a ser seu posicionamento em relação ao sexo não é sem relação ao modo como ele pode se situar em sua cadeia de filiação.

No capítulo anterior, mencionamos a posição de Lacan de que o pai, mesmo para a criança, é aquele que “não sabe nada da verdade”. Com isso, entende-se que a entrada de sua função o põe em jogo como sujeito da enunciação. Não se trata, portanto, da transmissão de enunciados, mas sim da presença da enunciação daqueles que tomam seus lugares nessa operação estrutural.

Hoje em dia, não é raro que as mensagens enviadas à criança partam de pessoas que não consentem com uma insuficiência, que não se refiram ao parceiro sexual de um lugar assimétrico ou que não suportem, em relação ao pai, que “ninguém jamais o foi por completo”, como diz Lacan (1956-57: 209).

Quando recebemos crianças com dificuldades, que respondem sintomaticamente a algo que ocorre em suas famílias, muitas vezes destaca-se o apelo por uma presença que faça valer a falta no Outro. Nesses casos, como o caso em questão esclarece, é muito importante o trabalho que se faz com os pais ou responsáveis pela criança.

A abertura de um lugar de fala também para eles, ao tornar possível a instalação de um endereçamento ao Outro, pode favorecer a presença de algo irreduzível que sempre escapa. Com isso, esse “irreduzível”, em vez de ser eliminado, pode ser encarado de outro modo por esses sujeitos. Muitas vezes, um mínimo abalo em uma posição de auto-suficiência da mãe, por exemplo, pode

trazer conseqüências imediatas para a posição da criança, assim como uma interrogação em relação ao desejo de um pai, que pode estar aguardando permissão para se colocar, também tem conseqüências.

No caso de Mário, a iniciativa de chamar seu tio e depois seu pai-avô ao tratamento enfatizou a importância de que esses lugares sejam habitados, fazendo com que Mário passasse a ter o aval da irmã para se endereçar a eles, sem que isso pusesse em risco a importância do lugar dessa irmã, que pôde assumir mais os cuidados ditos “maternos”.

Retomando a relevância de encontrarmos fórmulas mínimas para não nos perdermos nas diversas configurações familiares, o que importa na entrada dessa dimensão do Nome do Pai é que haja a incidência de um significante que não é qualquer (o do Nome do Pai), que provém de um lugar heterogêneo e que barra a mãe, ou seja, que ao privá-la de reintegrar o seu produto, abre a porta para o desejo. Trata-se de uma incidência que vem atrelar a perda que é a da linguagem a uma perda de gozo sexual. É isso que abre a chance do sujeito vir a se exercer em seu desejo.

Toda a facilitação de um apagamento da figura paterna pode tomar apoio em uma leitura redutora da teoria freudiana em que o pai é visto como obstáculo à realização do desejo. Lacan lança luz na complexidade em jogo nessa função, dando ênfase à importância da incidência do pai na abertura da possibilidade da metáfora para o sujeito, ou seja, a possibilidade de substituição de uma coisa por outra, já que onde não há natureza, coloca-se a necessidade de produção de um artifício.

Para que uma coisa venha no lugar da outra, todavia, é necessário que, minimamente, algumas coisas tenham marcado seus lugares. Dito de outro modo, a criança pode, tendo passado por uma primeira relação ao Outro, estar situada em uma triangulação que lhe possibilite “pescar” uma lei que lhe dê um lugar em uma linhagem. No entanto, como essa operação não se dá de uma vez por todas, em um momento posterior, poderão ser inúmeras as singularidades relacionadas à possibilidade de a criança se situar em relação à função sexual ou à força de seu desejo. O que importa nesse momento é que ela tenha acedido à dimensão do Nome do Pai, ainda que Lacan também fale de um *ultrapassamento* (1957-58: 305) a ser feito posteriormente, durante a adolescência, e que recoloca em jogo a relação do sujeito com o pai.

Vejamos no próximo subitem o que seria esse *ultrapassamento* da metáfora paterna, ou o que seria a consideração de que o Nome do Pai pode ter um valor não ancorado exclusivamente em uma representação imaginária sustentada na família.

2.2 – O adolescente e a metáfora paterna

“... *Só porque vagamos sem rumo no deserto não significa que exista uma terra prometida*”
(Auster, 1982: 40/41).

A questão da relação do sujeito com o pai, central nesta tese, importa por tocar na importância da posição do sujeito em relação ao que lhe determina ou ao que lhe escapa. De onde viemos e a que nos propomos, ou de que lugar falamos e a que nos dirigimos? Tais questões giram em torno da metáfora paterna, cuja incidência na infância, ao marcar para a criança que a mãe deseja, abre a ordem do desejo como tal.

Mas na infância, como vimos, o Nome do Pai funciona associado a uma atribuição que é feita ao pai, que a princípio representa aquele que “tem o que a mãe deseja”. O que se dá com a metáfora paterna é que, a partir do momento em que a instância fálica se inscreve, abre-se a possibilidade das metáforas por vir. A encarnação do lugar do pai tem importância singular nesse momento da infância. O encontro com a falta do Outro, na melhor das hipóteses, acontece de modo a ficar adiada a radicalidade do que está aí em jogo. O pai não é tomado nesse momento como eminentemente simbólico e tem, como diz Lacan, vários aspectos.

Veremos nesse subitem que, na adolescência, é a validação da operação simbólica para além da metáfora paterna que se apresenta. Novamente, a clínica do NAV ilustra a chance que um lugar de palavra pode abrir a adolescentes em situações de violência e risco. Sendo a adolescência, em nossa cultura, um tempo de difícil passagem para a assunção do próprio nome e do desejo, as situações de violência explicitam um redobramento do perigo que aí se apresenta. Nas palavras de Manfroni:

Uma vez que a violência está presente constitutivamente na lógica do tempo que chamamos adolescência, ela se duplica quando o sujeito se vê, em sua realidade cotidiana, mergulhado em uma cena regida por

ações violentas, pela lógica de organização de acesso ao mundo que não é pelo símbolo, mas pelo acesso direto, seja contaminada pela vivência grupal, seja imposta por qualquer um (2003: 138).

“Adolescere” é brotar, crescer, fortificar-se, *ultrapassar* a idade de tutela, tornar-se maior. Por definição, então, os adolescentes estão na “*ultrapassagem da medida*”, ou na “passagem dos limites” (Chassaing, 1996: 41). Embora ao falar em adolescência consideremos sobretudo os aspectos sociais e psicológicos, há também a questão da puberdade – aspecto biológico – que deriva do latim *pubis*. O corpo se modifica e o adolescente tem condições de se reproduzir, ter filhos e formar outra família. E ainda, do ponto de vista da saúde mental, a adolescência é mencionada como um período de lutos, considerando-se várias perdas e renúncias. Há uma modificação da relação com os pais, e a renúncia à segurança familiar e à imagem parental idealizada. O luto também se refere à perda de uma certa tranquilidade quanto ao sexual, já que a diferença sexual toma aí outro valor.

Em várias situações clínicas, observa-se que, para o adolescente, não é simples se deparar com esse momento em que se trata de admitir uma certa falência dos pais e advir aí, fazendo valer a operação do Nome do Pai, em um contexto em que essa função se encontra em franco declínio.

A maioria dos adolescentes encaminhada para atendimento no NAV se encontra em uma destas situações: as moças em situações de abuso sexual ou suspeita de abuso, e os rapazes envolvidos com o tráfico de drogas. Vejamos, então, a importância clínica de situarmos o que o adolescente deve ultrapassar nesse momento, para entendermos por que nessas situações que chegam para atendimento há uma duplicação da violência em questão.

O momento de ruptura ou pane do Outro

Freud não considerava o acesso à idade adulta apenas sob o ângulo sociológico ou biológico; ele considerava a puberdade – posterior ao período de latência – como a última etapa da vida sexual infantil, ou seja, o momento em que a pulsão sexual (infantil) se põe a serviço de uma nova função. Com base em Lacan, nossa leitura valoriza, nessa relação da pulsão com uma nova função, a abertura de um outro modo de endereçamento ao outro. Podemos ver que aí a

questão da alteridade é referida à pulsão sexual. É o momento chamado, já por Freud, de primado do falo. Adiante, voltaremos à situação do falo nesse momento.

A questão em jogo é esta: se a adolescência é uma questão de perda, de luto, de renúncia, trata-se de “*uma renúncia de quê? Em que domínio quanto à estrutura?*” (Chassaing, 1996: 42). Seguiremos nossa direção aqui visando delimitar estruturalmente esse momento, mantendo em vista a relação do sujeito com o pai.

De acordo com Antônio Carlos Rocha (2003: 118), é na puberdade que há a entrada irreversível do sujeito no campo do Outro. Se na infância o sujeito já tem conhecimento da castração, é somente na puberdade que:

(...) essa castração é plenamente enfrentada como sua. É só então que efetivamente se coloca para ele, como condição para sua ex-sistência, a questão do objeto como causa. Pois é aí que ele se encontra, de forma irreversível – sempre dentro da temporalidade freudiana das duas escansões – com sua causa, ou seja, com o real da cessão do objeto: o sujeito tem de ceder seu mundo, tem de perder aquilo que o sustenta, e, nessa perdição, constituir-se como causado, experiência cujo único substrato subjetivo é essa suspensão da subjetividade, essa divisão do sujeito, que chamamos angústia (Rocha, 2003: 119).

A angústia irrompe quando não há mais como adiar, não há nada a esperar do futuro, havendo sobretudo o encontro com a perda de um saber constituído. Diante da decepção da promessa edipiana – “mais tarde você será como seu pai” – o adolescente se vê confrontado com a constatação de que seus pais, na melhor das hipóteses, não podem lhe oferecer nada mais que sua própria falta. Cabe a ele se responsabilizar pelo seu ato, e isso implica um preço a ser pago.

Se, no período de latência, a castração podia passar por uma privação – que não implica o sujeito como tal –, na puberdade, ela indica que o falo, na condição de significante da falta, é a própria barra sobre o Outro, recolocando em jogo a relação do sujeito com o falo.

Apesar de a criança já ter aceitado que o falo orienta seu desejo ou que o Nome do Pai limita o gozo, essa interdição vinha com uma promessa. Nas palavras de Lacan:

O que acontece na situação edipiana é que é por intermédio de uma certa rivalidade do sujeito com o pai, pontuada pela identificação numa alternância de relações, que alguma coisa se estabelece, fazendo com que o sujeito se veja conferir dentro de certos limites, aqueles que precisamente o introduzem à relação simbólica, à potência fálica (Lacan, 1956-57: 81).

Para ambos os sexos, está em jogo a relação com o falo, mesmo que haja diferenças no posicionamento a se fazer como homem ou mulher. Dito de outro modo, o que o adolescente realiza ao se deparar com a queda do ideal é que não há promessa a ser cumprida sem um *ultrapassamento* que cabe a ele próprio, que não há potência que não seja marcada pelo encontro com uma impossibilidade ou, em outras palavras, pela questão do *não ser*.

O *ultrapassamento* que cabe a ele próprio se refere a um posicionamento relacionado à sua identidade sexual, e nesse momento faz diferença o modo pelo qual o adolescente aprecia sua descoberta do caráter constitutivo da falta em seus pais. Isso porque, para confirmar a falta do objeto no registro da castração, é preciso que ela seja tomada em uma dialética “*que confere à falta a dimensão do pacto, de uma lei*” (Lacan, 1956-57: 84). Se sua descoberta não é aceita nessa dimensão, se o adolescente toma a falta em seus pais, por exemplo, como uma falta reparável, pode entrar em um movimento de recusa da alteridade ou de tentativa de atenuação do real.

Ao tratar do que seria para o menino a saída do Édipo, Lacan chama a nossa atenção, como vimos, para o fato de que ele não se torna imediatamente um pequeno macho. Há uma ressalva expressa pela consideração de que, apesar de o menino ter “*seus títulos de propriedade no bolso*” (1957-58: 176), é apenas na puberdade, “*se tudo correr bem*”, que ele poderá fazer uso deles. Assim, vemos que, além da ressalva feita com o “*se tudo correr bem*”, Lacan nos alerta que isso não acontece assim. Em suas palavras: “*há alguma irregularidade no título em questão*”. (1957-58: 176). De fato, Lacan situa a importância do terceiro tempo do Édipo, em que o pai intervém como potente, privilegiando a situação do menino, mas também diz que a menina pode, em função desse terceiro tempo, chegar, em seu termo, a uma identificação. Isso aconteceria depois de ela passar por uma privação do que é esperado do pai, o que acontece à medida que o pai decepciona uma expectativa, fazendo com que o que era amor se transforme em identificação. É nesse momento que Lacan diz ser esse o auge da situação edipiana, “*se a função desta não consistisse, justamente, em ela ter de ser ultrapassada, já que é em sua superação que o sujeito deve encontrar a identificação satisfatória com seu próprio sexo*” (1957-58: 305).

Desde Freud, essa passagem é mais complicada para a menina. O rapaz, como foi dito, para se posicionar de forma viril, para se ver investido do falo, precisa tomá-lo em sua negatividade, tornando-se, no máximo, seu representante. Na adolescência, a castração, com a constatação de que o pai também é castrado, aparece como algo inerente à condição humana. Não é mais possível considerá-la circunstancial.

No caso da moça, para aceder à feminilidade, ela precisa aceitar que não será em seus pais que encontrará o reconhecimento que procura. À diferença do menino, ela entrou no Édipo por sua ligação com seu pai, permanecendo em aberto o modo pelo qual sairá. Seja como for, ela só sairá quando “desistir” de encontrar no pai a confirmação de sua feminilidade, e puder receber isso de um outro homem. Fará diferença, no entanto, se ela se posicionará acreditando *ser* o falo para alguém ou se permitirá *ser tomada como tal*.

É diante da radicalidade dessa situação de ser exigido em uma posição que é de sua responsabilidade que o adolescente se encontra. Faz parte desse momento a busca pela formação de grupos (em que há um apagamento de qualquer heterogeneidade) e o movimento de se lançar em transgressões (nas quais se tenta desconsiderar a lei). O arriscado aí é que se isso pode se estender para além de um momento de passagem, ou seja, se a recusa a qualquer alteridade é mantida, pode não haver também lugar para o sujeito. É por se submeter ao caráter constitutivo da falta do Outro que o sujeito, paradoxalmente, poderá tomá-la como sua e se exercer em seu próprio nome. A violência está presente, de modo constitutivo, na lógica desse tempo devido ao “golpe de real” que incide a partir da constatação de que nada lhe é assegurado, nem mesmo aquele gozo a que renunciou pensando reencontrá-lo mais tarde.

Em seu Seminário *A Angústia* (1962-63), Lacan fala de uma “*maturação do objeto “a” na puberdade*” (1963: 20/05/63). Ele chama de objeto “a” o objeto que é causa de desejo, e o liga à função do corte (1963: 15/05/63). Trata-se de um objeto que não é representável como tal e que dá ao sujeito sua consistência paradoxal, já que ela se mantém apenas da perda desse objeto. O importante aqui é que esse corte está em um lugar diferente daquele que tinha sido colocado no período da infância. De acordo com Lacan, a análise nos ensina que esse corte “*é interior à unidade individual*” (1963: 15/05/63). Como enfatiza Rocha:

Do que se trata aí é *da relação do objeto a com o falo*. É daí, desse reencontro definitivo com o registro fálico, que as pulsões, por assim dizer, se produzem como tais, ou seja, se re-significam, é aí que elas ficam referidas a um sujeito a advir e a dividir. Esse advento, essa *invenção de si* é o que cada sujeito engendra, engendrando com isso a questão do lugar e da causa (Rocha, 2003: 119, grifo meu).

Nesse momento, destaca-se verdadeiramente a relação da angústia com a castração. Como afirma Lacan, a função do falo como imaginário funciona por toda parte, *“exceto ali onde se espera, em uma função mediadora, especialmente no estado fálico, e que é essa carência do falo presente como tal”*. Há, então, um esvaecimento da função fálica no nível em que se espera que ela funcione, estando aí, segundo Lacan, o princípio da angústia de castração. Que o falo não se encontre onde o esperamos, ou seja, sobre o plano da *mediação genital*, eis o que explica, segundo ele, *“que a angústia é a verdade da sexualidade, quer dizer, isso que aparece cada vez que seu fluxo se retira, mostra a areia. A castração é o preço desta estrutura, ela se substitui a esta verdade”* (Lacan, 1963: 5/06/63).

Não detalharemos a conceituação sobre o falo e o objeto “a” que Lacan faz em seu Seminário *A Angústia*. Interessa-nos apenas marcar que ele, nesse momento em que fala da puberdade, situa o falo e o objeto “a” em pontos distintos dos quais se encontravam até então. Sobre o falo, Lacan diz que se trata de simbolizá-lo *“na medida em que sua desaparecimento, sua afânise é o intermediário das relações entre os sexos no homem”* (1963: 19/06/63). Com isso, entendemos que o falo, quando o objeto surge distinto de algo que poderia se colocar à frente, ou seja, quando aparece como causa a partir da função desse corte “interior”, é trazido em uma negatividade que ainda não se colocara.

Lacan situa essa maturação ao comparar o ato sexual qualificado de maduro com o orgasmo (1963: 20/05/63). Ele os considera equivalentes à angústia, situando aí uma maturação que presentifica uma negatividade como interior ao sujeito, ao mesmo tempo em que nunca é integrada por ele. Mesmo que o término do Édipo já pusesse em jogo o falo como significante, ainda não o era em relação ao objeto “a” como tal. Vejamos agora como entender isso, referindo-nos às fases do período da infância.

Ao longo desse tempo e principalmente no início do Édipo, o objeto “a” está presente, mas sob as formas orais ou anais – como o seio ou as fezes –, que de certo modo velam essa “negatividade interior, porém não integrada” que é o

modo como se desvela o objeto na puberdade. Nesse momento, o objeto é aquilo que é investido pelo sujeito para estabelecer um laço com o mundo exterior, que pode ocorrer de diversas maneiras.

Para ilustrar o que está sendo dito, se tomamos o objeto “a” como seio, o sujeito não sabe ou não pode saber nesse primeiro momento que o seio enquanto perdido é a realidade dele, ou de “a” em relação ao Outro. Na fase anal, mesmo que o objeto apareça pela primeira vez como “sendo e não sendo ele” – em que a estrutura já comparece de outro modo –, o sujeito se relaciona mais com a demanda do que com o desejo do Outro. Isso quer dizer que a falta é tomada como falta de amor ou falta preenchível, mesmo que na repetição da demanda de alguma forma já esteja indicado que, em um para além (da demanda), está o desejo do Outro.

Na fase fálica, na qual se trata justamente de simbolizar o falo, o sujeito se encontra com a subjacência do desejo ao desejo, momento que marca que a distância de que se trata é a distância do sujeito consigo mesmo, ou seja, a distância que situa o impossível como algo que não pode ser eliminado ou o real como algo que não pode ser recoberto. Mas será apenas na puberdade, com a exigência do ato, que a relação do desejo com a angústia se tornará presente em sua radicalidade.

Importa destacar que, para Lacan, “a *‘separação’ fundamental não é a separação, mas partição no interior; eis aí o que se acha desde a origem e desde o nível da pulsão oral, inscrito no que será a estruturação do desejo*”. (Lacan, 1963: 15/05/63). No nível da pulsão oral, portanto, mesmo que algo já esteja inscrito, Lacan diz que “*se acha inscrito no que será...*”, isto é, no tempo desse funcionamento da pulsão oral há algo que ainda não se deu. Nesse momento, Lacan mostra que não há uma coincidência entre o ponto do desejo e o ponto da angústia, ou seja, não há coincidência entre o objeto que é causa do desejo e o objeto da angústia, o que possibilita que a angústia esteja no Outro e não no sujeito. Desse modo, em cada tempo, dependendo da particularidade do percurso pulsional, o lugar da falta e o do objeto podem não coincidir. É possível que o sujeito se situe como objeto e localize uma falta (ou uma angústia) no Outro, assim como se sinta em falta de algo (de algum objeto) que acredite estar no Outro.

Dito de outra maneira, quando Lacan formaliza a questão da maturação do objeto “a” nesse Seminário, o que se evidencia é o ponto em que a separação em relação ao objeto é uma *“separação fundamental”* ou uma *“partição no interior”*. Ao avançar nessa questão, Lacan dá ênfase à pulsão escópica e à pulsão invocante, que são acrescentadas às pulsões orais ou anais marcadas por estádios infantis. Quando, por exemplo, diz que o olhar é aquilo que me vê, Lacan sai de qualquer dualismo e destaca que *“se o que mais existe de mim mesmo no exterior está aí, não tanto porque o projetei, mas porque foi de mim cortado, o fato de aí me juntar de novo ou não, e as vias que tomarei para essa recuperação, tomam outras espécies de possibilidades, de variedades eventuais”* (1963: 8/05/63).

Segundo Rassial (1998), está em jogo para o adolescente o fato de que o olhar e a voz surgem em seu verdadeiro estatuto de objetos pulsionais parciais. Lacan, aliás, sublinha que a voz do Outro deve ser considerada como um objeto essencial:

Esse pequeno “a” como caído do Outro... Esse objeto caído do órgão da palavra... O Outro é o lugar onde isso fala... quem, mais além daquele que fala no lugar do Outro e que é o sujeito? ... Quem há para além, cuja voz o sujeito pega cada vez que fala? (Lacan, 1963: 19/11/63).

O objeto, portanto, se insere aí em um domínio que não se reduz a uma oposição interior-exterior, mas antes revela esse campo de enigma que é o Outro do sujeito.

O que diversos autores situam como “pane do Outro” (Rassial, Mouras, Melman, 1998) é justamente o encontro com isso, ou seja, o Outro, que tinha certa consistência imaginária se torna nesse momento radicalmente Outro. O Outro é, mais do que nunca, posto em questão, e isso só acontece quando se dá o encontro definitivo do objeto “a” como tal com a contingência da função fálica.

Tomarei alguns recortes de um caso clínico de uma adolescente para articular melhor a dificuldade que pode se apresentar nesse momento de encontro com o Outro como radicalmente Outro.

Bruna, 14 anos, vem encaminhada pela instância jurídica. Ela dissera a um grupo da Igreja que seu pai a violentara. A instância jurídica foi acionada e, rapidamente, antes mesmo de que seus pais fossem ouvidos, Bruna foi afastada de casa. Já em sua primeira entrevista, Bruna diz que mentiu e que não imaginou que as coisas fossem acabar desse modo. Ela tinha tido uma briga com o pai e estava

com raiva dele. Bruna chega muito angustiada e se diz “sem saída”. Segundo ela, não pode dizer que mentiu, pois sua mentira foi muito bem acolhida. Sentiu-se amada por todos aqueles que se interessaram em “resolver seu problema”, mas também se sente culpada em relação a seu pai, que, embora seja "mesmo muito agressivo com ela", não cometeu a violência sexual pela qual está sendo intimado a responder.

Ao longo do atendimento, Bruna deixa ver que tem muita raiva dos pais. Diz que eles mantêm um falso casamento, não dormem juntos, e que seu pai, além de não esconder seu interesse por outras mulheres, já traiu sua mãe. Ela tenta se convencer de que o fato de achá-lo “sem moral” pode justificar a proibição, imposta pela Justiça, de se encontrar com ela. Quando, porém, é indagada sobre a relação entre uma coisa e outra, ela se angustia, e isso sinaliza que algo aí concerne a ela. Sente-se só, deprimida e quer morrer.

Mas qual é o seu problema? Qual é o problema que ela acaba levando à Igreja e à Justiça? Não se trataria aí desse encontro com o Outro em pane? Destaco aqui que sua posição em relação ao Outro é a de não suportar perder o pai, que deveria ser como ela imaginava que fosse. Ela, portanto, permanece presa de uma busca em se perpetuar no lugar de filha. Em seu endereçamento à Igreja e à Justiça, Bruna procura um pai sem falhas, tentando assim se perpetuar como filha; nesse caso, filha de Deus ou de um Juiz que a tome como vítima.

Ora, Bruna se dedica a questionar os pais. Não tem muitos amigos, principalmente da sua idade. Procura pessoas mais velhas, a quem possa supor um saber mas, assim que encontra alguém com quem faz um laço, seu empenho é em descobrir alguma insuficiência que a faça romper com a amizade. Diante da situação familiar que se tornou caótica (muito em razão dos desdobramentos jurídicos da interdição de seu pai), sua posição é de que se não pode voltar no tempo, de que não há saída, de que não há nada que possa fazer.

O que se desvela nesse momento? A insistência de Bruna na imoralidade do pai pode ser vista como uma tentativa de não se deparar com a castração como falta simbólica. Nesse caso, ela encontra apoio na Igreja e na Justiça para essa idéia de que, para ser pai, é preciso ter moral. A psicanálise, ao contrário, mostra que o pai pode não ter moral e isso não o impedir de funcionar como pai, e que quando esse funcionamento opera ou quando o sujeito se depara na adolescência com a castração, é ele que é chamado a se responsabilizar por sua posição.

Exatamente nesse ponto apresenta-se a questão da relação com o Outro como tal. E, nesse momento da adolescência, isso vem junto de toda a importância que assume a questão sexual. Ao se referir à impossibilidade da relação sexual, Lacan afirma:

O que, com efeito, constitui o fundo da vida, é que, para tudo que diz respeito à relação entre os homens e as mulheres, o que chamamos coletividade, a coisa não vai. A coisa não vai, e todo mundo fala disto, e uma grande parte de nossa atividade se passa a dizer isto (1972-73: 46).

A relação sexual não existe porque o impossível do acesso ao Outro constitui um real. O gozo sexual tem o privilégio de ser especificado por um impasse (Lacan 1972-73: 17). Ele é marcado por esse furo, que não deixa outra via senão a do gozo fálico. Aí há o encontro definitivo com o registro fálico, e Lacan insiste que a função fálica se descobre ser apenas contingência.

A contingência é aquilo no que se resume o que se submete a relação sexual a ser, para o ser falante, apenas o regime do encontro. (...) O verdadeiro testemunha, então, aqui que, ao pôr em guarda, como ele faz, contra o imaginário, tem muito a ver com “a” na tomia (Lacan, 1972-73: 127).

Em seu Seminário *A Angústia*, Lacan já comentara que a fórmula de Freud segundo a qual ele diz que “*a anatomia é o destino*” é incompleta, e que, para ela se tornar verdadeira, seria preciso dar ao termo “*anatomia*” seu sentido estrito, ou seja, fazer incidir o valor sobre “*ana-tomia, ou a função do corte*” (1963:15/05/63).

Pois bem, é justamente a isso que Bruna resiste. Ela resiste ao fato de a função do falo só se articular por fatos de ausência. Na posição de queixar-se do pai em que ela se mantém, não é possível se submeter ao que seria o regime contingente do encontro.

Bruna parece indignada com o fato de o pai se interessar por outras mulheres, e parece se interrogar sobre a possibilidade de estar ou não incluída nessa série. Na situação de dizer-se violentada por seu pai, está em jogo o questionamento do fato estrutural de que o desejo é do Outro. Sem entrarmos no mérito do modo como esse casal parental vive sua vida, o que Bruna parece procurar é uma confirmação de que há relação sexual. Seu encontro é a um só tempo, com a inexistência dessa relação e com a impossibilidade de ser

reconhecida em sua feminilidade em sua família de origem. Há uma ultrapassagem a ser feita, diante da qual ela parece se indignar, ou seja, sua indignação está relacionada à aceitação de uma impossibilidade que aparece de um modo que não lhe convém. De certa forma, aliás, é sempre assim.

O problema aqui é que, em relação a essa impossibilidade com a qual ela se depara, não há alguém a culpar. O Outro em pane é justamente o Outro não mais habitado, e aí o que retorna para o sujeito é o próprio vazio como sua condição. Só que é ao passar por isso que ela pode dar o passo de sair dessa situação “sem saída” em que se pôs ao procurar a Igreja e a Justiça. Foi necessário que ela de alguma forma desistisse de reclamar do modo como seus pais se relacionam entre si e com ela própria, para que pudesse se inserir na dura realidade de só poder contar com seu ato, que a implica como sujeito e não ocorre sem perda.

É ao longo do atendimento que ela suporta considerar a decepção, tanto a que ela pode causar quanto a que os outros lhe causam. De certo modo, a experiência da análise foi trazendo, aqui e ali, a aceitação de uma queda do ideal, assim como a constatação de que há uma solidão que é irreparável.

Bruna pode sair de um certo impasse em relação à sua mentira quando vai à Igreja e à Justiça dizer que mentiu sobre a situação de violência sexual atribuída a seu pai. Não é fácil se expor à decepção que supõe causar a todos (da Igreja e da Justiça), mas ela dá o passo de se responsabilizar por isso. Pode-se pensar, portanto, que a análise permite a Bruna suportar a pane do Outro, e que é apenas em um tempo posterior a isso que ela pode se desligar um pouco de seus pais e se sentir interessada por um rapaz. Mas aí já é outra história...

A fim de introduzir o próximo ponto sobre a importância do social nesse momento da adolescência, retomo algo muito impressionante nesse caso. A denúncia do pai não só encontrou eco imediato no social, como se desdobrou na via de uma possível condenação, antes mesmo que esse sujeito fosse ouvido. Desse modo, não temos como precisar o que aconteceria, se Bruna não estivesse em tratamento, mas sabemos que sua divisão em relação ao Outro se (re)constituiu na palavra, a partir do endereçamento que lhe foi possível fazer a um outro Outro. Em outras palavras, o que pôde se constituir na dimensão discursiva se deu como corte em relação a qualquer encaminhamento em que se buscasse “fazer justiça”,

ou ainda, não há nada de justo nesse encontro com a perda irrecuperável que se apresenta com a queda do Outro.

Vejam agora como a dificuldade em jogo nesse encontro pode ser reforçada e ampliada pelo que vivemos no social.

A importância do social no momento da adolescência

Ao situar o sujeito em relação à palavra no início de seu ensino, Lacan já nos dizia que: “... *na relação do imaginário e do real, e na constituição do mundo tal como ela resulta disso, tudo depende da situação do sujeito. E a situação do sujeito é essencialmente caracterizada pelo seu lugar no mundo simbólico, ou, em outros termos, no mundo da palavra*” (Lacan, 1953-1954: 97).

No momento em que percebe que o objeto é o objeto da angústia, o movimento do adolescente para se situar no mundo simbólico sofre a interferência do que ele encontra no social. Se na infância a forma como a família ocupa seus lugares é relevante, na adolescência, os modos de relação constituídos até então se estendem para o social, que adquire novo peso. Em cada um desses momentos, contudo, como diz Lacan, a posição do sujeito é fundamental.

Uma das descobertas fundamentais da adolescência é esta: o que ancora o Outro ou o que permite que ele, adolescente, continue a falar ou se cale, é a validação do que nele é a operação simbólica primeira. Isso se dá quando o sujeito é chamado a se posicionar e não tem mais o apoio que encontrava nos pais.

Dito de outro modo, o que importa é que o adolescente se encontra com a *extimidade* desse objeto que é causa do desejo. Nesse sentido, qualquer amarração se faz para dar um lugar a esse objeto, que é sempre fora da lei. Isso quer dizer que, a cada autorização de um desejo, será preciso que o sujeito transponha um interdito. Aí, a questão pertinente é esta: como distinguir uma transposição de uma transgressão? Enquanto a transposição depende da aceitação da falta do Outro – o que implica uma *ultrapassagem* em que o sujeito arrisca sua pele –, a transgressão decorre da recusa dessa falta constitutiva e visa a uma apreensão, “na marra”, de algo que é irredutível.

Melman mostra que a originalidade de nossa época parece residir no fato de que essa transgressão é socialmente encorajada. Ao falar de uma *nova economia psíquica* em seu livro *O Homem sem Gravidade* (2002: 45), ele diz que

a decepção, em nossos dias, sempre aparece como um dolo. “*Esta falta é doravante relegada a um puro acidente, a uma insuficiência momentânea, circunstancial, e é a imagem perfeita, outrora ideal, que é tornada realidade*” (Melman, 2002: 46).

Desse modo, o fato de o sujeito não ter tido acesso ao objeto que lhe seria “de direito” é considerado um erro e ele deverá poder apreendê-lo. O sujeito terá sua falta reparada com a conviência de um social que lhe diz ser possível tanto ter o objeto que lhe completa quanto punir um pai insuficiente. Uma nova economia psíquica pode prometer ao sujeito sua completude. A falta constitutiva dos pais não é ratificada pelo social, o que parece dificultar muito que o adolescente possa assumi-la em seu nome na entrada de sua vida adulta.

Na mesma direção dessa concepção, vemos que, nos últimos anos, tem aumentado consideravelmente não só o encaminhamento ao NAV, como também o registro de adolescentes em conflito com a lei na instância jurídica. Esses adolescentes de hoje, filhos da década do Estatuto da Criança e do Adolescente, consideram-se cheios de direitos a reclamar. Não é simples percebermos que, quando os adolescentes encontram em um Estatuto o apoio para a idéia de exigirem do Outro aquilo que lhes assegure uma completude, eles se afastam da possibilidade de se encontrarem com a perda subjetiva que se apresenta nesse momento. Dito de outro modo, quando os direitos listados no Estatuto da Criança e do Adolescente são considerados itens positivados e independentes do contexto de relações de cada um, aumenta o risco de os adolescentes serem reconhecidos como credores e não – o que talvez vá na contramão disso – capazes de responder e de se responsabilizarem por seus deveres e suas escolhas. Como diz Lacan, há um momento em que se inaugura algo que convoca o sujeito a dar o passo de devotar *sua castração à garantia do Outro* (Lacan, 1962-63: 5/12/62). Deixa de ser possível esperar do Outro uma garantia, ao menos não do modo como foi até esse momento. Mas, convenhamos, esse é precisamente o obstáculo com o qual o neurótico sempre esbarra.

Não é à toa que se resiste a isso. Se a própria realidade psíquica se funda no fato de manter o objeto da angústia a distância, quando ele desponta (que é quando a angústia irrompe), é a realidade psíquica que se dissipa. E aí o que tem lugar é a separação entre o real e a realidade, ou melhor, o encontro pontual com o real que resiste à realidade.

O esforço do adolescente, a partir do encontro com essa separação – encontro, por excelência, com a estrutura da linguagem como tal –, é alcançar algo que venha em seu socorro, que o proteja dessa separação e que lhe possibilite a reconstrução de uma realidade imaginária.

Em outros termos, para o adolescente, é o encontro com a castração do pai que se desvela insuportável (Lacan, 1969-70: 94). Quando não é mais na família que ele encontrará apoio para se situar, será preciso encontrá-lo em outro lugar. Ora, quando o adolescente busca confrontar o saber do pai com o campo social, o que ele encontra hoje não é mais algo que sustente que seja sempre de um lugar castrado que o sujeito deva se autorizar, e sim uma denúncia em coro a esse pai insuficiente, como se fosse possível a um pai, parafraseando Lacan, ser pai por completo.

Assim, uma das dificuldades atuais nessa passagem adolescente é a falta de um apoio no campo social que favoreça o respeito àquele que faça o *semblant* da exceção. Não há mais a crença em um lugar de autoridade que possa vir a ser ocupado seja pelo médico, seja pelo professor ou por qualquer outra figura em condições de suportá-lo. É freqüente inclusive a dificuldade desses profissionais em sustentar seus lugares como tais, ou seja, sem se reconhecerem ou se confundirem aí. Não é sem conseqüências, portanto, quando o adolescente encontra a derrisão do lugar de autoridade ou de heterogeneidade que ocupam (ou deveriam ocupar).

A interrogação dos jovens quanto ao laço social se dá em relação à constatação de que o pai não é mais o que ele pensava, e que não há nenhuma prescrição com relação a como se exercer no desejo. E aí, não é simples encontrar algo que lhe sirva de apoio para se situar tanto em um lugar endereçado a outros (em alguma cadeia transferencial) quanto em um lugar onde possa se posicionar em relação à diferença sexual.

Na clínica do NAV, é freqüente encontrarmos dois modos de posicionamento dos pais diante da sexualidade dos filhos. Muitos chegam apavorados, achando que a vivência de uma situação de violência sexual pode significar que o adolescente se transformará em um homossexual ou em uma prostituta. Outros chegam dizendo que, quaisquer que sejam suas escolhas, para eles “não faz diferença”. Nesses dois exemplos, vemos sobretudo um não

comprometimento dos pais em marcar suas posições em relação ao que querem para seus filhos.

O atual incremento de uma certa homossexualidade adolescente que, antes de se referir propriamente a uma escolha sexual, remete a um ideal democrático de que todos sejam castrados da mesma maneira explícita de outro modo a tentativa de passar por cima da impossibilidade da relação sexual. Na contramão da *ultrapassagem* necessária nesse momento de afirmação de uma posição desejante, há aí o assentimento do social a uma indiferenciação que poupa o sujeito de ter de se situar como homem ou como mulher.

Outra constatação clínica relacionada ao encontro no social de uma promessa de completude se expressa pelo número crescente de adolescentes envolvidos com o tráfico de drogas. De que relação do sujeito com o pai se trata aí?

Em oposição a essa descrença em uma autoridade que se sustente em pura perda, o que muitos jovens encontram como ponto de apoio é a idealização de um pai não castrado, como, por exemplo, o chefe do tráfico de drogas. Esses jovens que entram no tráfico têm um lugar reconhecido, inserem-se em uma ordem, cuja hierarquia lhes assegura um poder e um retorno financeiro que é muitas vezes maior que o de toda a sua família. Nesses casos, o jovem pode encontrar uma acomodação imaginária e momentos de realização ou de acesso ao objeto, como se isso não se ordenasse simbolicamente. Para ele, isso significa encontrar uma ordem de sucessão na hierarquia do tráfico da qual pode participar sem ser pela castração, mas antes pela garantia do ganho. O risco óbvio aí é que esses jovens só têm a morte como limite. Em vez de se submeterem à falha inerente à estrutura da linguagem, ou de se encontrarem com o Outro como pura função simbólica, é como se buscassem reduzir esse lugar Outro a um chefe superpoderoso que determina a lei.

No exemplo a seguir, observa-se que a abertura de um lugar de palavra, a partir de um endereçamento a um outro Outro, trouxe para um adolescente a chance de um ultrapassamento que talvez tenha substituído a via da transgressão.

Caio, 11 anos, já tinha sido levado várias vezes à delegacia por envolvimento em situações de suspeita de roubo. Segundo sua mãe, “vivía com o pessoal do tráfico”. Inicialmente trazido por ela, Caio passa a vir sozinho, não falta, mas fala pouco. Ele rabisca no papel, mas não é claro se o que se passava ali

era importante para ele. No dia que lhe foi dito que haveria um tempo de férias, começou a fazer um calendário para marcar no papel o dia da volta. Em seus desenhos, entremeados com algumas falas, algo se escrevia. Seu pai havia sido assassinado e suspeitava-se de que estava envolvido com o tráfico de drogas. No dia que foi perguntado sobre seu pai, ele chorou. Em outro momento, ao ter chegado machucado, disse que tinha caído de moto. Fala, então, com muita dificuldade, que seu sonho era ter uma moto. Faz um desenho e escreve embaixo da roda da moto desenhada a palavra “*ROD a*”, e se surpreende ao ler, de trás para a frente, “*a DOR*”. Perguntado sobre a dor, diz que estava doendo, mas que não tinha falado sobre isso com ninguém e nem tinha percebido que estava doendo.

É na dimensão do discurso, que implica um endereçamento a um Outro, que se constitui, na palavra, uma divisão. Ao se escutar falando sobre uma dor que não estava ali antes, Caio faz outro desenho: uma placa que, segundo ele, lembra uma outra que vira na praça. Faz um S, de onde partem várias setas para direções opostas, e diz que “não dá pra saber para onde ir”. No trabalho das sessões, o que aparece é a possibilidade de ele se posicionar diante do que se apresenta para ele, ou seja, é na sua fala endereçada a um Outro que a dimensão da divisão pode lhe retornar. É essa a chance de um posicionamento que não se dê via transgressão, mas sim via transposição (ou *ultrapassamento*), a qual, como vimos, inclui o preço da perda de um ideal.

Depois de um tempo de trabalho, Caio deixa de ir às sessões, mas, segundo sua mãe, não estava mais se metendo em confusões e estava bem no colégio. Não tinha sido mais expulso, como tantas vezes antes. Ela também conta que achava que ele não estava mais querendo ir ao atendimento porque estava mais interessado em namorar.

Não temos como saber do futuro, mas talvez faça diferença para Caio ter se encontrado no atendimento com algo, como a “dor”, que, “antes de falar, ele não tinha percebido”. Nos casos de adolescentes envolvidos em situações de violência que já se encontram de certo modo em uma situação em que a referência à palavra é degradada, pode-se redobrar o risco em jogo. O risco que está presente (para o adolescente) é o de ele, em vez de aceitar a falta simbólica, ficar preso a uma esfera imaginária, de onde só consegue sair pela rivalidade ou pela violência.

Para finalizar este capítulo, vejamos um outro exemplo da clínica do NAV que serve de ilustração da dificuldade presente na passagem adolescente no que diz respeito a uma outra relação com a função paterna. Ao citar Goethe, “*aquilo que herdaste de teus pais, conquista-o para fazê-lo teu*” (Freud, 1912-13: 188), Freud explicita que, nessa passagem, trata-se de uma conquista.

Ana, 12 anos, é filha de pais separados que brigam na justiça. Seus pais, considerados por ela “modernos”, nunca se casaram no papel, e Ana vem pedir ajuda por não saber como lidar com a separação de seus pais. Diz que eles só brigam e se xingam, e que seu pai, que era “bom” antes da separação, transformou-se em uma pessoa fria e estranha. Sua mãe, que tem contra seu pai vários processos judiciais, tenta, por intermédio de seus amigos homens, achar um que possa substituí-lo para a filha. Em determinado momento do tratamento, Ana diz à analista que havia resolvido estudar grego. Ela conta que achou, entre os livros de sua mãe (pessoa culta e autodidata), um “livro maravilhoso e perfeito”, que era um curso de grego. O nome do livro: “*Grego sem mestre*”.

Ressalta-se aqui o fato de que o entusiasmo de Ana parece se relacionar com a idéia de que ela, ao prescindir de um mestre, pudesse prescindir do Outro e, assim, arriscar-se, como a mãe, no autodidatismo. Já que o Outro é falho, a idéia aqui é que ele, eventualmente, possa ser totalmente descartado. Ao longo do atendimento, Ana se depara com o modo como tenta se encaminhar a partir de sua constatação de um antes e um depois da separação. Dito de outro modo, a separação dos pais anuncia a necessidade de uma separação que concerne a ela.

São inúmeras as falas de Ana coladas à fala de sua mãe: “Sou filha somente dela, foi ela que me carregou durante nove meses”. Indagada pela analista sobre seu pai, ela responde que ele “só contribuiu com um espermatozoidezinho”.

Ana, contudo, não deixa de se mostrar afetada no tratamento por intervenções que sustentam a diferença. Ela chorou, por exemplo, quando ouviu que, “sem o espermatozoidezinho, não teria nascido”, ou quando lhe foi dito que a pergunta que ela fez sobre “*o que sua mãe viu nele, afinal?*” é muito importante. Ana se pergunta pelo desejo sexual e, de certa forma, ao se deparar com o fato de que é produto de um desejo, reencontra-se com a dimensão fálica que tentava apagar.

No desenrolar de seu tratamento, Ana fala de seu pai, mas, na maioria das vezes, para destituí-lo. O modo como ela pode falar de seu pai faz parte desse momento da adolescência. O que difere é encontrar ou não o aval (tanto na família quanto no social) para se livrar do que lhe é incômodo, do que é conflitante, do real que, nesse momento, apresenta-se de forma nua e crua.

Em uma de suas sessões subseqüentes, comenta achar que seu pai era descendente de grego, e se surpreende, quando a analista pergunta se isso explicava seu interesse em aprender essa língua.

Nesse momento, podemos pensar que, além dessa via de identificar-se com sua mãe autodidata, Ana faz menção à inclusão de algo que seria não integrável, algo de uma falha, de “grego”. Bom, isso foi escutado no atendimento, cuja direção é sustentar uma dimensão Outra, ou seja, esta que traz sempre algo de grego não integrável. A partir daí, estaria em jogo a parte que lhe cabe, ou seja, passa a ser seu encargo a conquista própria do que é herança de seus pais.

No próximo capítulo, após termos trabalhado a entrada para a criança da função do pai e o momento do adolescente de ultrapassagem da metáfora paterna, veremos, ao levar em consideração a presença dos pais no atendimento da criança, de que modo a articulação entre os três registros presentes na função paterna passa pela posição dos pais em relação ao desejo.